

# Sumário

---

AGRADECIMENTOS.....	7
APRESENTAÇÃO – por HEITOR VITOR MENDONÇA SICA.....	11
PREFÁCIO – por MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI.....	13
PREFÁCIO – por LUIZ GUILHERME MARINONI.....	15
INTRODUÇÃO.....	25

## **PARTE I**

### **TUTELA DE URGÊNCIA E CONTRADITÓRIO: PREMISSAS, PANORAMA DO PROBLEMA E PROJEÇÕES INICIAIS**

1. BASES CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS.....	33
1.1. AINDA E SEMPRE O CONTRADITÓRIO.....	33
1.1.1. Devido processo legal e direito fundamental ao processo.....	33
1.1.2. O contraditório como elemento essencial do devido processo legal.....	35
1.1.3. Conteúdo atual do contraditório: o poder de influência.....	38
1.1.4. Modulações do contraditório.....	41
1.1.4.1. Inversão do contraditório e tutela diferenciada.....	41
1.1.4.2. A inversão do contraditório na execução.....	43
1.1.4.3. Cognição sumária e inversão do contraditório.....	45
1.1.4.4. Limite para aplicação da inversão do contraditório.....	49
1.1.4.5. Aportes da doutrina portuguesa.....	51
1.1.4.6. Paradigma da ordinariedade e contraditório prévio.....	54
1.1.5. Contraditório e liminares: primeira aproximação.....	57
1.1.6. A “patologia da tutela de urgência”, a prodigalidade na concessão de liminares e o contraditório: alguns fatores históricos.....	62
1.2. IGUALDADE PROCESSUAL E O NECESSÁRIO COMBATE À “TUTELA DE URGÊNCIA DO AUTOR”.....	65
1.2.1. Aspectos introdutórios e conceituais.....	65

1.2.2.	Igualdade processual e contraditório .....	66
1.2.3.	Tutela provisória e desequilíbrio processual .....	68
1.2.4.	Processo civil do autor e “tutela de urgência do autor” .....	70
2.	TUTELA DE URGÊNCIA E CONTRADITÓRIO: DEFICIÊNCIAS E PROPOSIÇÕES INICIAIS .....	73
2.1.	TUTELA URGENTE <i>INAUDITA ALTERA PARTE</i> E O PROBLEMA DO CONTRADITÓRIO DIFERIDO.....	73
2.1.1.	O âmago do problema.....	73
2.1.2.	Concessão <i>inaudita altera parte</i> e a qualidade do contraditório diferido .....	73
2.1.2.1.	Panorama do problema.....	73
2.1.2.2.	Contraditório por meio de agravo de instrumento .....	75
2.1.2.2.1.	A impropriedade do momento .....	75
2.1.2.2.2.	Filtros recursais e amplitude da cognição .....	76
2.1.2.2.3.	Supressão de instância e duplo grau de jurisdição.....	80
2.1.2.3.	Contraditório mediante pedido de reconsideração .....	82
2.1.2.4.	Contraditório exercido por meio de contestação.....	86
2.1.2.5.	Contraditório por meio de embargos de declaração.....	88
2.1.3.	Breves conclusões parciais.....	89
2.2.	PROPOSIÇÕES E ARRANJOS PRELIMINARES SOBRE O TEMA .....	90
2.2.1.	Tutela de urgência e tutela de emergência: o correto enquadramento da medida <i>inaudita altera parte</i> .....	90
2.2.2.	A “urgência <i>urgentíssima</i> ” como requisito para concessão da medida liminar .....	92
2.2.3.	Aporte jurisprudencial .....	93
2.2.4.	Requerimento de tutela urgente e postura do autor: a fabricação do <i>periculum in mora</i> .....	95
2.2.5.	Sobre a decisão que posterga a análise do pedido liminar de tutela urgente .....	97
2.2.6.	Pedido de tutela urgente <i>inaudita altera parte</i> no curso do procedimento .....	99
2.3.	PROCEDIMENTOS E REDUÇÃO DE DÉFICITS: PRIMEIRAS INCURSÕES... ..	100
2.3.1.	Nota inicial.....	100
2.3.2.	Contraditório, liminar e o procedimento especial para exercício do direito de resposta .....	100

2.3.3.	O contraditório no âmbito da indisponibilidade de ativos financeiros....	102
2.3.3.1.	Um caso de dispensa de contraditório prévio .....	102
2.3.3.2.	A indisponibilidade de ativos financeiros como tutela de urgência.....	104
2.3.3.3.	A “mini-impugnação” do executado (art. 854, § 3º, CPC).....	104
2.3.3.4.	Tutela urgente precária e imediato contraditório ao réu .....	106
2.3.4.	Flexibilidade procedimental e importação de técnicas processuais em benefício do contraditório .....	109
2.3.5.	O incidente de oposição às liminares no processo civil espanhol.....	112
3.	DÉFICITS DE CONTRADITÓRIO E ALGUMAS SOLUÇÕES CASUÍSTICAS .....	115
3.1.	TUTELA URGENTE ANTECEDENTE E CONTRADITÓRIO .....	115
3.1.1.	Tutela antecipada antecedente e procedimento .....	115
3.1.1.1.	Concessão da tutela antecipada antecedente liminarmente .....	116
3.1.1.2.	Reflexos na estabilização da tutela antecipada .....	117
3.1.1.3.	Emenda da petição inicial simplificada e contraditório .....	120
3.1.1.4.	Tutela antecipada antecedente e medidas irreversíveis.....	121
3.1.1.5.	Segue: anteprojetos legislativos, irreversibilidade e contraditório .....	121
3.1.2.	Tutela cautelar antecedente.....	123
3.1.2.1.	Dupla contestação e devido processo legal cautelar .....	123
3.1.2.2.	Conteúdo da contestação cautelar e exercício do direito substancial de contracautela .....	125
3.1.2.3.	A contestação cautelar como mecanismo de redução de déficits de contraditório.....	127
3.1.3.	Tutelas de urgência antecedentes no direito estrangeiro .....	128
3.1.3.1.	O <i>référé</i> francês e o contraditório.....	128
3.1.3.2.	Tutela sumária urgente na Itália.....	133
3.1.3.3.	As “providências cautelares antecipatórias” do direito português.....	138
3.1.3.4.	Segue: inversão do contencioso e contraditório no processo civil português .....	139
3.1.3.5.	Segue: procedimento autônomo satisfativo e tutela da personalidade em Portugal.....	143
3.1.3.6.	Segue: aspectos relevantes do regime processual experimental português à luz do contraditório.....	143
3.1.3.7.	Nota final .....	146

3.2.	TUTELA DE URGÊNCIA RECURSAL E CONTRADITÓRIO .....	146
3.2.1.	Generalidades .....	146
3.2.2.	Déficits de contraditório na dinâmica de tutela de urgência recursal....	149
3.2.2.1.	Ausência de manifestação prévia.....	150
3.2.2.2.	O problema do contraditório exercido mediante recurso ....	154
3.2.2.3.	A falta de consideração das contrarrazões recursais que buscam a revisitação da liminar monocrática .....	156
3.2.2.4.	A questão da fundamentação das decisões sobre tutela provisória recursal.....	158
3.3.	TUTELA DE URGÊNCIA, CONTRADITÓRIO E ARBITRAGEM.....	159
3.3.1.	Arbitragem e tutela de urgência.....	159
3.3.2.	Tutela de urgência pré-arbitral e contraditório .....	160
3.3.3.	O procedimento arbitral de emergência .....	165
3.3.4.	Segue: arbitragem de emergência, medida urgente <i>inaudita altera parte</i> e o contraditório .....	169
3.3.5.	A temática na Lei da Arbitragem Voluntária portuguesa e na Lei Modelo da UNCITRAL .....	171
3.3.6.	Nota conclusiva.....	174
3.4.	AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA FAMILIAR E O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO .....	175
3.4.1.	Generalidades.....	175
3.4.2.	Natureza das medidas protetivas de urgência e procedimento .....	177
3.4.3.	Pressupostos para concessão da medida protetiva de urgência.....	180
3.4.4.	<i>Standards</i> probatórios para concessão da medida protetiva de urgência .....	181
3.4.5.	Medida protetiva, concessão liminar e contraditório: notas conclusivas .....	185

**PARTE II**  
**REPENSANDO O SISTEMA DE EQUALIZAÇÃO DOS**  
**DÉFICITS DE CONTRADITÓRIO NAS TUTELAS**  
**DE URGÊNCIA: PERSPECTIVA DO RÉU**

4.	REGRAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS DE CONTRADITÓRIO.....	191
4.1.	TUTELA SUMÁRIA URGENTE IRREVERSÍVEL: PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.....	191
4.1.1.	Nota prévia .....	191

4.1.2.	A proibição de tutela sumária irreversível: panorama inicial .....	191
4.1.3.	Irreversibilidade e satisfatividade.....	194
4.1.4.	Aporte jurisprudencial .....	195
4.1.5.	A relativização da regra prevista no § 3º do art. 300 do CPC.....	201
4.1.6.	Medidas urgentes irreversíveis concedidas liminarmente .....	204
4.1.7.	Inexistência de procedimento adequado para pedidos urgentes irreversíveis .....	208
4.1.8.	Segue: o caso da liminar que autoriza a transfusão de sangue contra a vontade do paciente.....	209
4.1.9.	A insuficiência da tese da irreversibilidade recíproca para eliminação do contraditório .....	211
4.1.10.	Limitação de restituição ao estado anterior: espécie de irreversibilidade jurídica .....	214
4.1.11.	O difícil equilíbrio entre urgência e irreversibilidade: aportes da doutrina portuguesa .....	215
4.1.12.	Medidas autossatisfativas no direito argentino .....	218
4.1.12.1.	Conceito, função e âmbito de aplicação.....	218
4.1.12.2.	Previsão legal e estruturação do procedimento.....	220
4.1.12.3.	O contraditório nas medidas autossatisfativas .....	222
4.2.	REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	226
4.2.1.	Noções iniciais .....	226
4.2.2.	Modificação, revogação e preclusão no âmbito das decisões sobre tutela provisória.....	227
4.2.3.	Déficit de contraditório e redução da estabilidade .....	231
4.2.4.	Necessidade de reexame da decisão concessiva ao longo do procedimento .....	236
4.2.5.	Acompanhamento judicial da presença do <i>fumus boni iuris</i> e do <i>periculum in mora</i> : contribuição da psicologia cognitiva .....	237
4.2.6.	Segue: heurísticas e vieses cognitivos na concessão de tutela de urgência <i>inaudita altera parte</i> .....	240
4.2.7.	Revogação da tutela de urgência e imediato retorno ao <i>status quo ante</i> .....	242
4.3.	RESPONSABILIDADE PELA CASSAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA .....	245
4.3.1.	A responsabilidade pela cassação no quadro dos mecanismos de equalização dos déficits de contraditório.....	245
4.3.2.	A natureza objetiva da responsabilidade: origem no direito alemão....	246
4.3.3.	O tema no direito brasileiro.....	248
4.3.4.	Hipóteses de responsabilidade pela cassação da tutela urgente .....	253

4.3.5.	Dever de reparação integral dos danos.....	256
4.3.6.	Liquidação e execução “facilitadas” como mecanismo de compensação.....	262
5.	TUTELA DE URGÊNCIA E INSTRUMENTOS DE EQUALIZAÇÃO DOS DÉFICITS DE CONTRADITÓRIO .....	269
5.1.	A CAUÇÃO COMO CONTRACAUTELA.....	269
5.1.1.	Conceito e função da contracautela .....	269
5.1.2.	Algumas notas históricas relevantes .....	272
5.1.3.	O problema da discricionariedade e da facultatividade quanto à exigência de caução .....	274
5.1.4.	Segue: a discricionariedade da contracautela no direito estrangeiro....	281
5.1.5.	A impossibilidade de compensação dos pressupostos da liminar com caução.....	283
5.1.6.	Modalidades e valor da caução .....	285
5.1.6.1.	Especificamente as espécies de contracautela.....	285
5.1.6.2.	Segue: sobre o valor da caução.....	289
5.1.7.	Caução no âmbito das liminares e caução na execução provisória ....	291
5.1.8.	A caução no direito tributário: peculiaridades.....	295
5.1.9.	Caução e sustação de protesto: um caso de obrigatoriedade.....	299
5.1.10.	O exemplo da Lei de Locações .....	302
5.1.11.	Sobre a caução substitutiva.....	306
5.1.12.	A caução na <i>Ley de Enjuiciamiento Civil</i> espanhola: uma boa opção?....	310
5.1.13.	Notas finais e conclusão parcial: a obrigatoriedade de exigência de contracautela como mecanismo de redução dos déficits de contraditório nas tutelas de urgência .....	314
5.2.	AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA E PARTICIPAÇÃO DO RÉU .....	316
5.2.1.	Generalidades sobre o instituto.....	316
5.2.2.	Antecedentes históricos da justificação prévia.....	317
5.2.3.	Regime jurídico da audiência de justificação prévia .....	318
5.2.4.	Justificação prévia e contraditório na perspectiva do autor .....	319
5.2.5.	Repensando a participação do réu na audiência de justificação prévia.....	320
5.2.6.	A justificação prévia como mecanismo de equalização dos déficits de contraditório no campo das liminares .....	322
5.2.7.	Segue: por uma participação plena do réu nas audiências de justificação.....	324
5.2.8.	Notas conclusivas.....	328

---

<b>5.3.</b>	A “CARTA DE PROTEÇÃO” ( <i>SCHUTZSCHRIFT</i> ) DO DIREITO ALEMÃO: APLICAÇÃO NO BRASIL? .....	<b>329</b>
<b>5.3.1.</b>	Generalidades sobre as cartas de proteção .....	<b>329</b>
<b>5.3.2.</b>	O tema na <i>Ley de Patentes (Ley 24/2015)</i> espanhola .....	<b>331</b>
<b>5.3.3.</b>	A polêmica sobre os escritos preventivos, na Espanha, antes da <i>Ley de Patentes</i> .....	<b>332</b>
<b>5.3.4.</b>	Segue: proposta de generalização dos escritos preventivos na Espanha .....	<b>334</b>
<b>5.3.5.</b>	O tema no direito português .....	<b>335</b>
<b>5.3.6.</b>	O Regulamento 1.257/2012 do Parlamento Europeu e as cartas de proteção .....	<b>337</b>
<b>5.3.7.</b>	Conclusões parciais .....	<b>341</b>
<b>5.3.8.</b>	O tema no direito brasileiro .....	<b>342</b>
<b>5.3.9.</b>	Segue: proposta de <i>lege ferenda</i> .....	<b>344</b>
<b>5.3.10.</b>	Medidas anticautelares no direito argentino .....	<b>346</b>
<b>5.3.11.</b>	Medidas anticautelares no direito brasileiro? .....	<b>349</b>
<b>5.3.11.1.</b>	Ação cautelar de caução antecipada no direito brasileiro ...	<b>349</b>
<b>5.3.11.2.</b>	Segue: o tema na jurisprudência .....	<b>351</b>
<b>5.3.11.3.</b>	Cautelar de caução antecipada, medida anticautelar e caução substitutiva: pontos de convergência .....	<b>356</b>
<b>5.3.11.4.</b>	À guisa de conclusão: o cabimento de ação autônoma para prestação de caução substitutiva no direito brasileiro .....	<b>357</b>
	CONCLUSÕES .....	<b>359</b>
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	<b>371</b>